



PROCESSO	DATA	RUBRICA
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Formulário para requerimentos de IPTU: Imunidade e Isenção

1. DADOS DO(S) IMÓVEL(EIS)

MATRÍCULA(S) DE IPTU:

2. DADOS DO PROPRIETÁRIO

NOME/RAZÃO SOCIAL

CPF/CNPJ

E-MAIL

TELEFONE FIXO

TELEFONE CELULAR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (logradouro, número, complemento, bairro, cidade, estado, CEP)

3. DADOS DO PROCURADOR OU DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME

CPF

E-MAIL

TELEFONE FIXO

TELEFONE CELULAR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (logradouro, número, complemento, bairro, cidade, estado, CEP)

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA TODOS OS PROCESSOS

Proprietário pessoa física:

- O presente formulário, assinado e datado, com a justificativa do pedido obrigatoriamente preenchida;
- Cópia do documento de identificação do proprietário (identidade, carteira profissional etc.) e do procurador, se for o caso;
- Procuração específica, se for o caso;
- Petição explicando e detalhando o pedido (opcional).

Atenção: Se o imóvel não estiver no nome do proprietário, apresentar ainda:

- Certidão de Ônus Reais atualizada, contrato de compra e venda celebrado com a CEF ou escritura de compra e venda (ou documento equivalente).

Proprietário pessoa jurídica:

- O presente formulário, assinado e datado, com a justificativa do pedido obrigatoriamente preenchida;
- Cópia do ato constitutivo consolidado (última alteração do contrato social ou estatuto social em vigor e ata da última assembleia de eleição de diretoria) devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- Cópia da identidade do(s) representante(s) da pessoa jurídica;
- Procuração específica, caso não se trate de sócio ou diretor;
- Petição explicando e detalhando o pedido (opcional).

Atenção: Se o imóvel não estiver no nome do proprietário, apresentar ainda:

- Certidão de Ônus Reais atualizada, contrato de compra e venda celebrado com a CEF ou escritura de compra e venda (ou documento equivalente).

Lei nº 2500/2015:

O requerimento inicial do interessado deve ser formulado por escrito e conter os seguintes elementos essenciais:

- entidade, órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
- identificação do requerente ou de quem o represente;
- domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- formulação do pedido, da comunicação, ou da proposição, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
- data e assinatura do requerente ou de seu representante;
- declaração sobre a existência de pedido administrativo e ou ação judicial com o mesmo objeto, incorrendo nas penalidades cabíveis o requerente que omitir ou prestar informação falsa.

§ 1º É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de petições ou documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 37. A administração pública não conhecerá requerimentos ou requisições de informações, documentos ou providências que:

- não contenham a devida especificação do objeto e finalidade do processo a que se destinam;
- não sejam da competência do órgão requisitado;
- acarretem ônus desproporcionais ao funcionamento do serviço, ressalvada a possibilidade de colaboração da entidade ou órgão requisitante.

PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
PROCESSO	DATA	RUBRICA

5. TIPO DE REQUERIMENTO	6. EXIGÊNCIAS ADICIONAIS
<input type="checkbox"/> Isenção de IPTU → Requer isenção de IPTU para o imóvel pelo seu interesse histórico, cultural, urbanístico, ecológico ou de preservação paisagística ou ambiental.	1) cópia da certidão de ônus reais atualizada, quando o imóvel não estiver cadastrado em nome do contribuinte requerente, no cadastro imobiliário da SMF.
<input type="checkbox"/> Renovação de isenção de IPTU → Requer a renovação da isenção de IPTU para o imóvel pelo seu interesse histórico, cultural, urbanístico, ecológico ou de preservação paisagística ou ambiental.	1) cópia da identidade e CPF do requerente (e procuração, no caso de representação).
Isenção de IPTU para propriedades de sociedades desportivas, culturais e recreativas, sem finalidade lucrativa e associações de classe de servidores do Município de Viçosa. <input type="checkbox"/> Primeira Isenção <input type="checkbox"/> Renovação de isenção	1) cópia da certidão de ônus reais atualizada, quando o imóvel não estiver cadastrado em nome do contribuinte requerente, no cadastro imobiliário da SMS; 2) cópia do estatuto social e ata de eleição da diretoria.
Isenção de IPTU para propriedades de Federações e Confederações. <input type="checkbox"/> Primeira Isenção <input type="checkbox"/> Renovação de isenção	1) cópia da certidão de ônus reais atualizada, quando o imóvel não estiver cadastrado em nome do contribuinte requerente, no cadastro imobiliário da SMS; 2) cópia do estatuto social e ata de eleição da diretoria.
Isenção de IPTU para imóveis onde funcionem atividades de entes federados, autarquias e fundações públicas. <input type="checkbox"/> Primeira Isenção <input type="checkbox"/> Renovação de isenção	1) cópia da certidão de ônus reais atualizada, quando o imóvel não estiver cadastrado em nome do contribuinte requerente, no cadastro imobiliário da SMS; 2) cópia do contrato administrativo de locação e seus aditivos (quando for o caso), que comprovem a data de validade da locação cópia do CNPJ; 3) cópia dos atos constitutivos (no caso de autarquias e fundações).
<input type="checkbox"/> Isenção de IPTU para imóveis alugados ou cedidos em comodato para entidades religiosas ou filantrópicas (Lei nº 3.131/2015 – favor relacionar todas as inscrições de IPTU no mesmo formulário) → Requer a isenção por ser proprietário de imóvel locado ou cedido por comodato a templos religiosos de qualquer culto ou entidades filantrópicas de apoio à população em geral.	1) Contrato de locação ou comodato do imóvel, firmado entre o proprietário do imóvel e o representante da entidade religiosa ou filantrópica; 2) Certificado de instituição beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101/2009; 3) Declaração de que atende os requisitos da Lei nº 3131/2015.
<input type="checkbox"/> Imunidade de IPTU (favor relacionar todas as inscrições de IPTU no mesmo formulário) → Requer o reconhecimento da imunidade descrita Constitucionalmente, cujos documentos comprobatórios da respectiva situação jurídica e o pedido estão expostos na petição.	1) Certidão de Ônus Reais atualizada Petição informando a destinação que vem sendo/será dada ao imóvel objeto do pleito de imunidade
<input type="checkbox"/> Cancelamento de imunidade ou isenção → Requer o cancelamento do benefício pela revisão das condições que motivaram a concessão.	1) Certidão de óbito do proprietário, se for o caso Escritura de compra e venda ou certidão do Registro Geral de Imóveis que comprove a mudança de proprietário

PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
PROCESSO	DATA	RUBRICA

7. JUSTIFICATIVA* - insira as razões que levam ao requerimento

(utilize folhas adicionais, se necessário)

REQUERENTE

Nome legível do requerente

Viçosa,

 de de

CPF do requerente

Assinatura do Requerente